



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL



Apelação Cível nº 0113600-7 e Remessa Necessária
Apelante: Estado de Pernambuco
Apelado: Fernando Camilo Figueiredo.
Relator: Dês. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. DANO MORAL DECORRENTE DE BALA PERDIDA DISPARADA POR POLICIAL MILITAR. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. PROVIMENTO PARCIAL POR UNANIMIDADE.

5724
1 R-

1. A lesão decorrente de bala perdida disparada por policial Militar no exercício de suas funções enseja indenização por dano moral, bastando a comprovação do nexo causal.
2. Aplica-se o entendimento de que o poder público ao imputar a qualquer de seus agentes a tarefa de realizar qualquer atividade pública assume o risco de sua execução, *devendo responder* civilmente pelos danos que esse agente venha a causar em virtude da responsabilidade objetiva do estado.
3. Inobservada a ocorrência de sequelas que trouxessem impossibilidades para que o apelado pudesse exercer suas atividades normalmente, o que levou a minoração do *quantum* fixado na sentença.
4. Apelo parcialmente provido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0113600-7 em que figura como apelante Estado de Pernambuco e apelado Fernando Camilo Figueiredo.

13- AC nº 0113600-7

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



Acordam os Desembargadores que integram a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 29/04/2010, à unanimidade de votos, em conhecerem o recurso acima descrito, mas decidirem pelo seu provimento parcial, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P.R.I.

Recife, 29/04/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

13- AC nº 1136 00-7

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

090



Apelação Cível nº 0113600-7 e Remessa Necessária.

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Fernando Camilo Figueiredo.

Relator: Dês. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível em face de sentença que julgou parcialmente procedente a Ação Indenizatória por Danos Morais e Físicos, no sentido de condenar o Estado de Pernambuco no pagamento de indenização no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a título de danos morais, tendo em vista os transtornos que o apelado sofreu após ter sido alvejado por ferimento à bala, em decorrência da troca de tiros que houve entre policiais militares grevistas e aqueles que não aderiram ao movimento de paralisação.

O estado apelante argui em suas razões recursais que a sentença deve ser reformada *in totum*, pois entende que houve caso fortuito, excludente do nexo causal, o que deve afastar por completo o dever de indenizar.

Nas contrarrazões o apelado pugna pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

Em parecer de fls.113/115, o eminente órgão da Procuradoria de Justiça se posicionou pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 12/03/2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



Apelação Cível nº 0113600-7 e Remessa Necessária

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Fernando Camilo Figueiredo.

Relator: Dês. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

A controvérsia desse apelo cinge-se quanto à responsabilidade civil do Estado de Pernambuco, *in casu*, a indenização por danos morais, em decorrência da troca de tiros ocorrida entre policiais militares grevistas e aqueles que não aderiram ao movimento de paralisação, que atingiu o apelado causando-lhe transtornos de ordem física, moral e patrimonial.

É cediço que, em meados do século XIX, o Estado era considerado totalmente irresponsável pelos seus atos, no entanto, hoje, sua responsabilidade é verificada de forma objetiva, surgindo o dever de indenizar por parte do ente público, independentemente da verificação da sua culpa.

Os fundamentos dessa forma de responsabilidade, que está consubstanciada no art. 37, §6º da Carta Maior, são o risco inerente ao grande número de atividades que o Estado se propõe a executar, além da possibilidade de repartição dos encargos entre os demais integrantes da sociedade.

Neste contexto, para que surja o dever de indenizar fundado na responsabilidade civil extracontratual, devem estar presentes três requisitos básicos, quais sejam, o ato ou fato, de caráter omissivo ou comissivo, o dano que tal conduta gerou, além do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, o qual, por sua vez, pode ter caráter material, incidindo sobre o patrimônio do indivíduo, ou ainda extrapatrimonial, moral.

Preenchidas tais exigências, surge o dever de indenizar, ou seja, o dever do responsável reparar os prejuízos causados ao indivíduo lesado.

Na hipótese em apreço, dúvida não existe da ocorrência do evento danoso, por ter sido um fato público e notório que teve grande repercussão na imprensa em decorrência dos transtornos

13- AC nº 0113600-7

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



trazidos à população não só pela greve dos policiais, mas também, pelo próprio conflito entre policiais que ocorreu em via pública.

Inferiu-se, assim, o nexo de causalidade entre a troca de tiros entre os policiais militares e o dano causado ao apelado, que era um transeunte que nada tinha a ver com o conflito, o que por si só configura o dever de indenizar por parte do apelante, tendo em vista que os agressores são agentes do estado e agiram em seu nome, porém, abusando da sua condição de policial para praticar o ato lesivo e agindo de forma imprudente, lesiva e gravosa à segurança pública pela qual devem zelar na qualidade de representantes do poder público.

Nesse caso, não cabe a alegação de que os policiais agiram em desconformidade com as regras de conduta exigidas pela lei, pois quando a Administração Pública imputa a qualquer de seus agentes a tarefa de realizar uma atividade administrativa, ela assume o risco de sua execução e, portanto, deverá responder pelos danos causados por esse agente, em razão da responsabilidade objetiva que é atribuída ao Estado nesses casos.

Esse é o entendimento do eminente administrativista Hely Lopes Meirelles conforme trecho de sua obra abaixo transcrito:

"O abuso no exercício das funções, por parte do servidor, não exclui a responsabilidade objetiva da administração pública. Antes, a agrava, porque tal abuso traz ínsita a presunção de má escolha do agente público para a missão que lhe fora atribuída. Desde que a administração defere ou possibilita ao seu servidor a realização de certa atividade administrativa, assume o risco de sua execução e responde civilmente pelos danos que esse agente venha a causar". (In Direito Administrativo Brasileiro, Revista dos Tribunais, p.555)

Com referência ao *quantum* fixado na sentença, tenho que diante dos transtornos causados pela lesão que se resumem, apenas, nas alterações estéticas decorrentes das cicatrizes deixadas pelo ferimento, levando em conta a dor psicológica causada pelo

13- AC nº 113600-7

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antônio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3715.

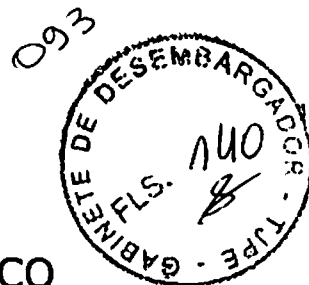


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



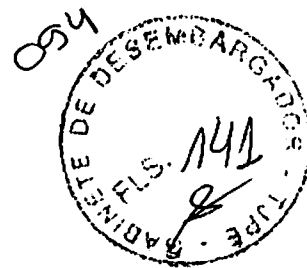
trauma da agressão sofrida ante o risco de perder a vida que o apelado sofreu, tenho que o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) arbitrado pela sentença *a quo*, foi demasiado alto, de modo que reduzo o montante para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), *da data do Julgamento.*

Diante do exposto, voto pelo provimento parcial da remessa necessária, no sentido de reduzir o *quantum* indenizatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mantendo-se a sentença nos demais termos, prejudicado o apelo voluntário.

É como voto.

Recife, 12/03/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE e REVISOR)

Em revisão, o meu voto é no mesmo sentido, apenas lembrando a fixação da correção monetária a partir desta data. Os dez mil com correção monetária a partir da data de hoje, do julgamento.

Então a Turma dá provimento parcial ao reexame necessário, reduzindo o montante para R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Com a Turma, Senhor Presidente.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, PROVEU-SE PARCIALMENTE O REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO".
